

APENAS
EM
FORMATO
DIGITAL

Tribuna BANCÁRIA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO CEARÁ | EDIÇÃO Nº 1645 | 7 A 12 DE DEZEMBRO DE 2020



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

BANCOS LUCRAM R\$ 53 BI EM 9 MESES, MAS SEGUEM DEMITINDO E FECHANDO AGÊNCIAS

O lucro dos cinco maiores bancos brasileiros ultrapassa o montante previsto para o pagamento do seguro-desemprego, por exemplo **(pág. 3)**

BANCOS, PAREM DE DEMITIR

#QUEM LUCRA NÃO DEMITE

LUTO

Bancos de verdade cumprem com suas responsabilidades.
Campanha Contra as Demissões dos Bancos Privados

CONTRAF

FEDERAÇÕES E SINDICATOS

Sindicato dos Bancários do Ceará

Canal de negociação sobre Covid-19 será retomado diante do aumento dos números de contaminação **(pág. 7)**

Assembleia dos bancários do BB para deliberar sobre acordo de teletrabalho será no próximo dia 9/12 de forma virtual **(pág. 8)**

BANCÁRIOS ENGAJADOS NA LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA ÀS MULHERES

A violência contra a mulher é um problema social e de saúde pública que atinge pessoas de todas as etnias, religiões, escolaridades e classes sociais. É uma grave violação dos direitos humanos e liberdades fundamentais e precisa ser denunciado por todos.

Recentemente, em alusão ao Dia Internacional de Não Violência contra a Mulher, 25 de novembro, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal enviaram comunicados aos seus funcionários incentivando-os a se engajarem nessa luta.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, durante a pandemia, caíram os registros nas delegacias relacionados a agressões em decorrência de violência doméstica (-9,9%), mas aumentaram as chamadas para o 190 (3,8%) e cresceu o número de feminicídios (1,9%). Em nível mundial, a ONU advertiu que seis meses de restrições sanitárias poderiam ocasionar 31 milhões de casos adicionais de violência sexista no mundo, sete milhões de gravidezes não desejadas, além de colocar em risco a luta contra a mutilação genital feminina e os casamentos arranjados.

A saúde emocional das mulheres é direta e substancialmente comprometida quando ela se encontra em uma situação de violência, geralmente em âmbito doméstico e, muitas vezes, invisível fisicamente.

A categoria bancária sempre teve uma forte atuação nas questões de gênero, tanto que foi a primeira a conquistar a Cláusula de Igualdade de Oportunidades em acordo coletivo e uma mesa de negociação permanente. Sempre pioneiros, os bancários avançaram também na luta contra violência contra a mulher. A Convenção Coletiva de Trabalho, assinada em setembro deste ano entre Fenaban e entidades sindicais, possui cláusula específica sobre a prevenção à violência contra a mulher que se destina a auxiliar as bancárias que necessitam de ajuda para superar situações de violência doméstica e familiar, com o objetivo de romper o ciclo dessa violência.

É de suma importância que os bancos tenham iniciativas desse tipo, inclusive divulgando que o movimento sindical construiu, junto à Fenaban, um canal para atender as bancárias vítimas de violência doméstica. Isso nos ajuda a cobrar dos gestores de cada agência e departamento o compromisso e outras ações contra a violência às mulheres para reforçar o canal de atendimento às bancárias vítimas de violência. Entretanto, além de um comunicado, é importante que os bancos façam um treinamento para que os gestores entendam como tratar possíveis demandas, garantindo sigilo e encaminhamento adequado.

Ainda há muito que se avançar, principalmente no que diz respeito à valorização da igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à ascensão profissional e de carreira, uma vez que ainda se constata nos bancos que quanto mais altos os cargos, menor o número de participação de mulheres. Este também é um tipo de violência contra as mulheres que precisa ser corrigido.

Esses dados são estarrecedores, pois impactam toda a sociedade. Todos perdem com a violência e com o feminicídio. Por isso, o diálogo e a conscientização devem ser permanentes em nossas vidas e principalmente nos locais de trabalho. Converse, se posicione, faça sua parte. Denuncie pelo 180 ou pelo canal interno de cada banco. Não se omita! Estamos sempre #NaLutaComVocê.



Carlos Eduardo,
presidente do
Sindicato dos Bancários
do Ceará



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral : (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Secretário de Imprensa: José Eduardo Rodrigues Marinho – Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP

Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Esta edição não será impressa, disponibilizada apenas em PDF

CINCO MAIORES BANCOS DO PAÍS LUCRARAM MAIS DE R\$ 53 BI EM NOVE MESES

Os lucros somados dos cinco maiores bancos do país (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú e Santander) nos nove primeiros meses de 2020 foram de R\$ 53,383 bilhões. O resultado poderia ser ainda maior se não fosse o crescimento do provisionamento para o risco de créditos de liquidação duvidosa (as PDDs). Na média dos cinco bancos, o crescimento das despesas com PDD foi de 44,7%.

“Mesmo com a taxa de inadimplência muito baixa e em queda, os bancos aumentaram absurdamente o volume das provisões para cobrir os possíveis calotes. Estes valores são subtraídos do montante de lucro e prejudicam os resultados dos bancos”, explicou a economista Vivian Machado, do Dieese.

NA PONTA DO LÁPIS – Mesmo após a subtração dos valores de PDD, o lucro somado dos cinco maiores bancos do país nos nove primeiros meses de 2020 é próximo a tudo o que foi investido (R\$ 68,7 bilhões) pelo governo federal em educação até setembro. Com a alta da PDD, a queda média de lucro dos cinco maiores bancos do país no terceiro trimestre foi de 33,7%, na comparação com o mesmo período de 2019. Mesmo assim, o lucro obtido pelos bancos, em pleno período de pandemia representa quase a metade (43%) de todo o orçamento federal de recursos para a Saúde. Se comparado aos R\$ 60,1 bilhões previstos no orçamento para pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) durante todo o ano, os R\$ 53,383 bilhões obtidos de lucro pelos bancos em nove meses já representa 89% do valor previsto para BPC.



Em nove meses, os bancos já lucraram mais do que todo o montante de R\$ 40,6 bilhões, previsto para o pagamento do seguro-desemprego.

POR BANCOS – A Caixa Econômica obteve um lucro de R\$ 7,5 bilhões, com uma rentabilidade de 12,7%. No Itaú, o lucro foi de R\$ 13,1 bilhões, com rentabilidade de 14%. No Bradesco, o lucro totalizou, aproximadamente, R\$ 12,7 bilhões, com rentabilidade de 12,9%. O Banco do Brasil, por sua vez, obteve um lucro de R\$ 10,2 bilhões no período, com rentabilidade de 10,3%; e, por fim, o Santander alcançou um lucro de R\$ 9,9 bilhões, com uma rentabilidade que alcançou os 18,5%. Cabe destacar, no Santander, o crescimento do lucro do banco no 3º trimestre em relação ao trimestre anterior, de mais de 82%. Desconsiderando a provisão extraordinária por conta do cenário futuro previsto em função da pandemia, o lucro líquido chegaria a R\$ 11.651

bilhões, representando uma alta de 7,6% em doze meses.

O CLIENTE PAGA A CONTA – As receitas com prestação de serviços e tarifas dos cinco bancos somadas, nos nove primeiros meses do ano de 2020, totalizaram R\$ 100,4 bilhões. Estas receitas secundárias, que representam um valor irrisório frente ao que os bancos arrecadam com as demais transações, cobriram, com folga (exceto a Caixa), as despesas de pessoal dessas instituições, incluindo-se nessa conta o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). A cobertura das despesas de pessoal, mais PLR por essa receita secundária dos bancos ficou em: 99,8% na Caixa; 130,5% no Banco do Brasil; 135,4%, no Bradesco; 163%, no Itaú; e 194,9%, no Santander.

Mas, o cliente, que é quem paga essa conta toda, é prejudicado. Os cinco bancos juntos fecharam 9.499 postos de trabalho, em doze meses.

CEF: CEE/CAIXA COBRA POSICIONAMENTO TRANSPARENTE E MAIS RESPEITO COM OS EMPREGADOS

Na quinta-feira (3/12), durante reunião da mesa permanente entre a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e a direção da Caixa, os representantes dos empregados criticaram a falta de posicionamento do banco público na defesa da empresa e de seus empregados. Dentre os principais temas abordados estavam teletrabalho, banco de horas, metas e contratações.

A CEE Caixa protestou contra a reestruturação e a direção do banco afirmou que não está ocorrendo uma reestruturação e sim um movimento de mudanças que teria ocorrido por conta da necessidade de reduzir custos além de reorganização interna. Os representantes dos trabalhadores indagaram a visível falta de planejamento prévio e diálogo entre as vice-presidências (VPs), visto que ocorreram informações desencontradas durante o debate.

Entre os principais pontos destacados na ocasião, a Comissão ressaltou a importância de a Caixa ter reforçado a mesa de negociação, com a presença de diversas áreas. O que possibilita que as questões possam ser sanadas de forma mais rápida e direta. A Comissão também destacou a situação dos empregados, que estão extremamente sobrecarregados e têm sido surpreendidos por medidas unilaterais tomadas pela empresa, com a entrega dos prédios e mudanças das unidades. O banco informou que há uma diretriz de não trocar as pessoas de municípios. A CEE pleiteou uma mesa específica para tratar do tema o mais breve possível, mas ainda não houve retorno.

TELETRABALHO – A proposta apresentada pelo banco sobre o teletrabalho foi de um modelo híbrido – parte presencial, parte em home office, definido de acordo com pesquisa realizada pelo banco. A proposta apresentada pela Caixa não permite o controle de jornada. Eles argumentaram que o aumento na flexibilidade iria proporcionar, por exemplo, mais autonomia para os empregados. Já para as entidades, o teletrabalho deve ser opcional pelo funcionário e não uma imposição da empresa. Segundo a CEE, a falta do controle de jornada pode gerar



problemas na saúde do trabalhador e até no pagamento das horas extras. A Comissão também cobrou da Caixa proposta de ressarcimento das despesas com energia elétrica e internet.

BANCO DE HORAS – A Caixa apresentou uma proposta que possibilita que os empregados possam trabalhar duas horas a mais por dia em determinada semana para realizar a compensação de um dia completo, para assuntos de seu interesse, podendo prorrogar as licenças permitidas, após negociação com o gestor. A CEE apontou que o momento atual, com pagamento do auxílio emergencial e abertura das agências aos sábados, com enorme sobrecarga de trabalho, dificulta a discussão do tema, mas que fará análise e construirá alternativas junto com as entidades e empregados.

CONTRATAÇÕES – A CEE/Caixa já havia enviado um ofício cobrando a direção do banco para mais contratações. A Caixa informou não haver autorização da SEST para fazer mais contratações. Além disso, o banco afirmou que o perfil dos clientes tem mudado para um modelo mais autônomo e menos dependente das agências, e que, até o momento, não há a previsão do fechamento de unidades, que é algo que poderia recompor as equipes das unidades restantes.

VEJA O QUE MAIS FICOU DEFINIDO DURANTE A NEGOCIAÇÃO:

- O trabalho remoto continua até 30 de janeiro de 2021.
- A CEE reivindicou a renovação do acordo da CCV, que vence em 31/12/2020. A Caixa respondeu que está alterando a minuta e irá submeter à Comissão.
- Houve cobrança ainda sobre a readequação das metas.
- A CEE solicitou novamente a não abertura das agências aos sábados.
- A Comissão pediu ainda um reforço nos protocolos contra o Covid19 nas unidades.
- GT Promoção por Mérito: Nova reunião deve ocorrer ainda esta semana.
- GT Saúde Caixa: A Caixa deve agendar a reunião para os próximos dias.

CONTRAF-CUT QUESTIONA CAIXA SOBRE ONDA DE REESTRUTURAÇÃO



A Contraf-CUT enviou dia 27/11 ofício ao presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, solicitando explicações sobre a onda de reestruturação e desocupação de prédios e salas do banco público, além de esclarecimentos quanto aos empregados atingidos, bem como que haja negociação com as entidades sindicais representativas para a melhor solução e acolhimento dos empregados envolvidos nesta decisão.

O documento ainda ressalta os protestos e discordância da entidade nacional dos bancários quanto a não renovação de aluguéis de imóveis onde se encontram inúmeras unidades da Caixa, com o deslocamento dos empregados cujas lotações físicas se dão nos respectivos prédios e salas, sem o devido aviso prévio.

No documento, a Contraf-CUT ressalta que a forma abrupta como a Caixa comunicou os deslocamentos ocasionou pânico e insegurança nos

empregados atingidos, que temem alterações significativas na vida funcional e em suas remunerações. As entidades sindicais receberam denúncia quanto a não renovação do contrato de locação de 170 imóveis e a venda de alguns próprios.

A mudança ocorre mais uma vez sem planejamento da direção da Caixa. Os empregados estão perdidos e correm o risco de serem transferidos para outras cidades e de perderem suas funções, faltando poucos dias para o fim do ano. As mudanças estariam ligadas as áreas da vice-presidência Rede de Varejo (Vired), vice-presidência Tecnologia e Digital (Vitec), vice-presidência Logística e Operações (Vilop). Gerências como de tecnologia (Gitec), de logística (Gilog), de segurança (Giseg) e de Alienação de Bens Móveis e Imóveis (Gilie), teriam as filiais extintas e parte de suas atividades seriam transferidas para centralizadoras que seriam criadas.

CAIXA TURBINA APLICATIVO CAIXA TEM PARA PRIVATIZÁ-LO

A Caixa Econômica Federal informou que vai realizar, a partir deste mês de dezembro, o pagamento do Bolsa Família por meio da Poupança Social Digital. A iniciativa é considerada positiva pelo presidente da Fenae, Sergio Takemoto, à medida em que promove a bancarização da população de baixa renda. Mas o presidente da entidade avalia que a intenção do governo e da direção do banco é tornar o banco digital mais robusto para facilitar sua privatização.

As entidades representativas avaliam que a medida pode ser um risco para os beneficiários, já que o recurso será movimentado pelo Caixa TEM – o coração do banco digital. Se confirmar a venda, o banco digital estará sob outro CNPJ, que não é o da Caixa. O banco não explicou como vai ficar esta situação. É um risco. O investidor privado vai ter interesse em fazer a gestão de uma política pública que atende a população mais carente do País?

O Caixa TEM foi criado em tempo recorde pelos empregados do banco para tornar possível o pagamento do auxílio emergencial. O aplicativo apresentou problemas, mas a cada atualização os empregados melhoraram o desenvolvimento da ferramenta. É uma inovação pública sem precedentes, criada pelos empregados, com recurso público. Em vez de tornar o aplicativo um importante instrumento para fortalecer o banco e consolidar suas operações digitais, o objetivo do governo e da direção da Caixa é simplesmente entregar de bandeja esta área para os investidores estrangeiros. O presidente da Caixa, Pedro Guimarães, informou que pretende fazer o IPO (oferta inicial de ações) em listagem no Brasil e no exterior.

CONQUISTA: DEPENDENTES DE FUNCIONÁRIOS DO BRADESCO TERÃO DIREITO A TESTE DE COVID-19

Após cobranças do movimento sindical, o Bradesco informou que até 19/12 fará testes de Covid-19 nos dependentes dos seus funcionários no plano de saúde. Os testes começarão a ser realizados na Cidade de Deus, em Osasco (SP), onde se localiza a matriz do banco. A expansão da iniciativa para os demais estados será informada ao movimento sindical, assim que definido o cronograma.

“Esta era uma das reivindicações do movimento sindical. Precisamos valorizar esta conquista. Mas, vamos continuar lutando para que o banco interrompa a política de demissões em plena pandemia e, mais do que isso, que reveja as demissões já realizadas”, disse a coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco, Magaly Fagundes.

Em abril, o banco assumiu o compromisso com a Contraf-CUT e o Co-



mando Nacional dos Bancários de que não demitiria funcionários durante a pandemia. Mas, no dia 28 de setembro, em desrespeito ao compromisso assumido, o banco iniciou um processo de demissões e, em menos de dois meses, já demitiu mais de 2.500 funcionários, segundo levantamentos da COE do Bradesco.

A representação dos funcionários considera que essa postura do Bradesco pode ser considerada demissão em massa em plena pandemia. Os

sindicalistas conseguiram conquistar uma série de medidas que resguardam os bancários do contágio pelo novo coronavírus, mas as demissões estão deixando todos numa grande tensão, por medo do desemprego em plena pandemia. É uma total falta de compromisso com seus funcionários e com a sociedade de forma geral, que vê aumentar o desem-

prego e também as filas nas agências. E isso depois de o banco ter apresentado um lucro de quase R\$ 13 bilhões nos primeiros nove meses do ano.

Coordenados pela Contraf-CUT, sindicatos de todo o país realizam uma Campanha Nacional contra as demissões nos bancos privados, utilizando as redes sociais como principal via de protesto com a hashtag #QuemLucraNãoDemite. Acompanhe o calendário de protestos e tuitaços nos nossos meios de comunicação.

MOTOBANCÁRIOS VÃO AO PARACURU

Os bancários amantes do motociclismo se reuniram no sábado, 28 de novembro, para mais uma edição do Passeio Motobancários. Devido à pandemia da Covid-19, os passeios ficaram suspensos por um período e no retorno, os participantes seguiram todos os protocolos de segurança. A rota escolhida dessa vez foi a praia de Paracuru.

Para participar dessa iniciativa, não precisa ter moto especial, apenas gostar de motociclismo e de curtir um passeio com os colegas de banco. O objetivo é trocar experiências e fortalecer laços.

Para se inscrever e participar das próximas edições, basta entrar em contato com os diretores Bosco Mota (85 99155 4822) ou Ribamar Pacheco (85 99155 3632).



MESA DA SAÚDE RETOMA CANAL PARA MEDIDAS DE PREVENÇÃO À COVID-19

A mesa bipartite da Saúde entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) se reuniu dia 2/12 e decidiu retomar o canal direto entre as partes para solucionar problemas dos protocolos para prevenção da Covid-19 no setor. Para tanto, os sindicalistas reivindicaram que a Fenaban esclareça quais as regras básicas para os protocolos, tendo em vista que nos últimos meses houve um relaxamento nos cuidados. Também foi discutida a inclusão da categoria bancária ente os setores prioritários para a vacina contra a Covid-19, além do desconto das complementações do auxílio-doença.

A retomada do canal direto entre o Comando e a Fenaban foi decidida diante do aumento da contaminação da Covid-19 nesse final de ano, no que já está sendo chamado de "segunda onda". Qualquer problema quanto ao cumprimento de protocolos para a proteção dos trabalhadores deverá ser encaminhado ao canal retomado para ser solucionado. Tudo que foi feito no primeiro semestre para a proteção da categoria foi vitorioso. Só que houve um



processo de flexibilização das medidas. Houve um relaxamento da sociedade, mas também dos bancos. Agora, o nível de contaminação aumentou.

AUXÍLIO DOENÇA – Além da retomada do canal direto para tratar de problemas sobre a Covid-19 na categoria, também foi discutida a questão da concessão do benefício integral em casos de afastamento por doença e que tenha o reconhecimento do auxílio-doença. Os representantes da Fenaban disseram que essa discussão está sendo feita banco a banco.

O movimento sindical destacou que está percebendo disparidades no tratamento não só entre bancos, mas em

cada banco. Estão ocorrendo situações onde o trabalhador tem alta e o banco quer descontar o que antecipou antes de o trabalhador receber do INSS. Outra preocupação é resgatar que o desconto da antecipação deve ser parcelado, não comprometendo mais do que 30% do salário do trabalhador. O problema é agravado porque o INSS está demorando a pagar o auxílio-doença. A representação dos trabalhadores defende que, enquanto não houver perícia e que não seja feito o pagamento pelo INSS, o bancário não deve ser descontado das antecipações.

PRIORIDADE NA VACINAÇÃO – Também foi discutida a necessidade de o governo incluir a categoria bancária entre os setores que terão prioridade para a vacina contra a Covid-19. O entendimento, tanto do Comando Nacional dos Bancários como da Fenaban, é de que a categoria é um dos setores essenciais para manter a sociedade durante a pandemia e que deve estar entre os setores que vão receber a proteção na fase inicial da vacinação.

CAMPEONATO MASTER: ABESC VENCE A APCEF E FICA COM O TÍTULO DO 1º TURNO

Na quinta-feira, dia 3/12, no Clube da Caixa, aconteceu a final do 1º turno do Campeonato Master de Futsocaite dos Bancários.

Num jogo emocionante, o time da Abesc venceu a Apcef por 2x1 e ficou com o título do 1º turno.

O campeonato é realizado em dois turnos, onde todos jogam entre si. A primeira rodada do 2º turno já acontece na próxima quinta-feira, dia 10/12.

Acompanhem os resultados no nosso site e redes sociais.



FUNCIONÁRIOS DO BB FAZEM ASSEMBLEIA VIRTUAL PARA AVALIAR ACORDO DE TELETRABALHO

Os funcionários do Banco do Brasil da base do Sindicato dos Bancários Ceará participaram de assembleia virtual, que ficará aberta das 8h às 23h59 do dia 9 de dezembro (quarta-feira), para deliberar sobre acordo de teletrabalho.

Os bancários votarão através do sistema VotaBem (<https://bancarios.votabem.com.br/>). O link para acessar a assembleia só estará funcional durante o período de votação e lá os bancários terão acesso a todas as informações necessárias para votar.

O Comando Nacional dos Bancários analisou a proposta de acordo de teletrabalho apresentada pelo Banco do Brasil e, com base em orientação da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), orienta a aprovação da proposta.

O acordo só vale para depois que acabar a pandemia e a proposta do banco era a de começar a pagar a ajuda de custo somente a partir de julho, mas, após pressão da representação dos trabalhadores, o banco aceitou começar a pagar assim que o decreto de Estado de Calamidade perder a validade. O Estado de Calamidade tem vigência até 31/12/2020, mas, caso o Governo Federal estenda este prazo, o Acordo Emergencial de Teletrabalho do Banco do Brasil é automaticamente estendido.

Entre os detalhes da proposta, há a



definição de trabalho remoto, que pode ser realizado na residência do bancário (home office) ou em uma dependência do banco (on office). A proposta prevê ainda equipamento corporativo, mouse, teclado, headset e cadeira ergonômica, além da ajuda de custo no valor de R\$ 80,00/mês para cada funcionário que atue em mais de 50% dos dias úteis do mês e tenham aderido ao trabalho remoto.

A adesão ao teletrabalho deve ser facultativa ao funcionário e haverá controle de jornada e desconexão em horários fora do expediente. A manutenção dos equipamentos será de responsabilidade do banco, que se compromete ainda em manter cuidados especiais com a saúde do funcionário e uma Central de Atendimento para coibir a violência doméstica. Auxílios refeição e alimentação obedecerão à CCT e os sindicatos terão acesso aos funcionários que exercerem seus trabalhos fora das dependências do banco.

EDITAL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro no Estado do Ceará - SINTRAFI-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.340.953/0001-48, Registro sindical MTIC nº 208.327-59 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os trabalhadores bancários, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, que prestam serviços para o Banco do Brasil S.A. para participarem da Assembleia Extraordinária Específica que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 08:00 horas até às 23:59 horas do dia 09 de dezembro de 2020, na forma disposta no site bancariosce.org.br onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para a deliberação acerca da seguinte pauta: Apreciação e deliberação sobre a proposta para celebração do Acordo Coletivo de Trabalho que regulamenta o Teletrabalho com o Banco do Brasil S.A., com vigência de dois anos a partir da data da sua assinatura.

Fortaleza, 03 de dezembro de 2020.

Carlos Eduardo Bezerra Marques
Presidente

Desmatamento na Amazônia

O desmatamento na Amazônia este ano atingiu 11.088 km², maior área registrada nos últimos 12 anos. Houve crescimento de 9,5% em relação a 2019. Os dados foram medidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão federal que monitora a devastação nos biomas brasileiros por meio de satélites. Com o crescimento de 2020, a devastação no segundo ano do governo Bolsonaro alcança índice 70% maior do que a média registrada entre 2009 a 2018. Análise do Observatório do Clima indica que o cenário atual é fruto de um conjunto de fatores que envolve enfraquecimento da fiscalização, desmonte de órgãos ambientais e corte de investimento em preservação.

Vacinação contra Covid no Reino Unido

A Agência Reguladora de Medicamentos inglesa autorizou o início do processo de vacinação no Reino Unido com o imunizante da Pfizer-Biontech. Para os brasileiros, tudo indica que a espera por vacina será longa, porque este produto da Pfizer não tem pré-contratos de fornecimento para nós e foi, praticamente, descartado pelas autoridades sanitárias, em razão das dificuldades em ter câmaras frias com capacidade de -70°C. Estamos dependendo de vacinas que ainda não têm seus testes finalizados e uma delas, a Coronovac (Butantan), conta com uma evidente antipatia do Governo Federal e da Anvisa, por estar sendo desenvolvida em parceria com os chineses.

Trabalho intermitente é inconstitucional

No 1º dia de julgamento de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs), dia 2/12, o relator, ministro Edson Fachin, votou contra o trabalho intermitente, incluído na Lei 13.467/2017 ("reforma" trabalhista). Para ele, esse tipo de relação de trabalho, por sua "imprevisibilidade", deixa o trabalhador em situação de fragilidade e vulnerabilidade social. Ainda segundo o ministro, por não respeitar garantias fundamentais mínimas, a norma descumpra o princípio constitucional da dignidade humana. Segundo Fachin, a Constituição não impede a criação desse tipo de contrato, mas é preciso assegurar direitos fundamentais, como remuneração não inferior ao salário mínimo.